

Segundo-cabo graduado RC 061 — OP ESP (NIM 18170104) José Ricardo Ferreira da Silva — 16 de Janeiro de 2006.
 Segundo-cabo graduado RC 061 — OP ESP (NIM 05959902) Vítor Manuel Teixeira Pinto — 16 de Janeiro de 2006.
 Segundo-cabo graduado RC 061 — OP ESP (NIM 05466103) Carlos Manuel Ferreira Pinto — 16 de Janeiro de 2006.
 Segundo-cabo graduado RC 061 — OP ESP (NIM 09707504) Filipe André Gonçalves Vieira — 16 de Janeiro de 2006.

20 de Fevereiro de 2006. — O Chefe da Repartição, *José Manuel P. Esperança da Silva*, COR INF.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 5849/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 65.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, e na sequência de proposta nesse sentido da Procuradoria-Geral da República, autorizo a alteração da remuneração atribuída ao licenciado José António Alves Esteves pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procurador-adjunto na comarca de Vinhais para 90% do valor relativo ao índice 100 da escala indiciária dos magistrados do Ministério Público, com efeitos a partir de 15 de Novembro de 2005 e enquanto se mantiver no exercício de funções, com exclusão das férias judiciais.

1 de Março de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 5850/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 65.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizo a remuneração de 100% do valor relativo ao índice 100 da escala indiciária dos magistrados do Ministério Público ao licenciado João Manuel Teixeira, pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procurador-adjunto na Comarca de Santa Cruz da Graciosa, com efeitos a partir de 18 de Setembro de 2005 e enquanto se mantiver no seu exercício, com exclusão das férias judiciais.

1 de Março de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 5851/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 65.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, e na sequência de proposta nesse sentido da Procuradoria-Geral da República, autorizo a alteração da remuneração atribuída à licenciada Maria de Fátima Larinhato Constâncio pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procurador-adjunto na comarca de Amares para 100% do valor relativo ao índice 100 da escala indiciária dos magistrados do Ministério Público, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2005 e enquanto se mantiver no seu exercício, com exclusão das férias judiciais.

1 de Março de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 5852/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 65.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizo a remuneração de 70% do valor relativo ao índice 100 da escala indiciária dos magistrados do Ministério Público à licenciada Joana Rosário César de Campos, pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procurador-adjunto na comarca de Pampilhosa da Serra, desde 12 de Dezembro de 2005 e enquanto se mantiver no seu exercício, com exclusão das férias judiciais.

1 de Março de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 5853/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 65.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizo a remuneração correspondente ao vencimento de procurador-adjunto à licenciada Lúcia Maria Rodrigues Silva pelo exercício,

em regime de substituição, das funções de procurador-adjunto na comarca de Velas, Região Autónoma dos Açores, com efeitos a partir de 28 de Setembro de 2005 e enquanto se mantiver no seu exercício, com exclusão das férias judiciais.

1 de Março de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Despacho n.º 5854/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 65.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção que lhe foi introduzida pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizo a remuneração de 100% do valor relativo ao índice 100 da escala indiciária dos magistrados do Ministério Público à licenciada Raquel de Sousa Lima, pelo exercício, em regime de substituição, das funções de procurador-adjunto nas comarcas agregadas de Povoação/Nordeste, com efeitos a partir de 4 de Janeiro de 2006 e enquanto se mantiver no exercício de funções, com excepção das férias judiciais.

1 de Março de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 5855/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 27 de Janeiro de 2006, no uso de delegação de competências:

António Pedro Soares Dias Ferreira, escrivão auxiliar do Tribunal da Comarca de Vila Nova de Gaia — exonerado, a seu pedido, com efeitos desde 17 de Janeiro de 2006.

13 de Fevereiro de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Despacho (extracto) n.º 5856/2006 (2.ª série). — No uso de subdelegação de competências conferida pelo subdirector-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 1 de Agosto de 2005) e por meu despacho de 7 de Fevereiro de 2006:

António Rui Oliveira Carvalho, escrivão de direito interino do Tribunal da Comarca de Almeirim — autorizado o exercício de funções, em regime de substituição, como secretário de justiça do mesmo Tribunal no período de 19 de Dezembro de 2005 a 11 de Janeiro de 2006.

13 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho n.º 5857/2006 (2.ª série). — Nos termos do artigo 54.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para integrar a equipa de projecto de apoio às novas tecnologias instaladas nos tribunais os seguintes oficiais de justiça:

Henrique Alfredo Diogo Cesura, número mecanográfico 52803, escrivão auxiliar do Tribunal da Comarca de Arouca.

António Manuel de Sá Parada, número mecanográfico 48682, escrivão auxiliar do Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia.

Jorge Manuel Rosa Quina, número mecanográfico 47029, escrivão auxiliar do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 do próximo mês de Março.

17 de Fevereiro de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Despacho n.º 5858/2006 (2.ª série). — Em conformidade com o disposto na alínea a) do artigo 99.º do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de Agosto, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 96/2002, de 12 de Abril, e obtida a autorização do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, renovo a designação como vice-presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça do Dr. António Silva Ribeiro, juiz de direito.

17 de Fevereiro de 2006. — A Directora-Geral, *Helena Mesquita Ribeiro*.

Despacho (extracto) n.º 5859/2006 (2.ª série). — Por despacho do subdirector-geral da Administração da Justiça de 22 de Novembro de 2005:

Maria Manuela Neto Faustino da Silva da Costa Dias, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral de

Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar — nomeada, em regime de requisição e após anuência do serviço de origem, para exercer funções nesta Direcção-Geral, sendo remunerada pelo 5.º escalão, índice 337, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Fevereiro de 2006. — O Subdirector-Geral, *João Calado Cabrita*.

Despacho (extracto) n.º 5860/2006 (2.ª série). — Por despachos de 22 de Fevereiro de 2006 do subdirector-geral, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005), as seguintes contratadas a termo certo, ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 81-A/96, de 21 de Junho, e 195/57, de 31 de Julho, são nomeadas definitivamente, precedendo concurso, auxiliares de limpeza nos seguintes tribunais, a auferir pelo escalão 1, índice 123:

Idalina Augusta Pereira Carvalheira — Tribunal da Comarca de Baião.
 Maria de Fátima Lopes da Cunha — Tribunal da Comarca de Celorico de Basto.
 Maria de Fátima Dias Ventura — Tribunal da Comarca de Felgueiras.
 Maria de Fátima Ramos Custódio — Tribunal da Comarca de Montemor-o-Velho.
 Vitória Marques Rodrigues — Tribunal da Comarca de Ourém.
 Maria Madalena Rebelo da Silva Matias — Tribunal da Comarca das Caldas da Rainha.
 Maria Alice Martins Ferreira Vicente — Tribunal da Comarca de Castro Daire.
 Maria Ermita Soares de Freitas — Vara de Competência Mista Cível e Criminal do Funchal.
 Maria Rosa Rodrigues Pereira — Tribunal da Comarca de Ponte da Barca.

Maria Celeste de Jesus Cardoso — Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa.

(Não carecem de fiscalização do Tribunal de Contas.)

23 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Despacho (extracto) n.º 5861/2006 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Fevereiro de 2006 do subdirector-geral da Administração da Justiça, por delegação da directora-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de Junho de 2005):

Adelino José Ferreira Azevedo Oliveira, escrivão-adjunto do Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira.
 Miguel Paulo da Rocha Real, escrivão-adjunto do Tribunal da Comarca de Santa Maria da Feira — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia.

(Aceitação: dois dias.)

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

27 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Despacho n.º 5862/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 23 de Fevereiro de 2006, na sequência de parecer prévio da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça de 26 de Janeiro de 2006, é nomeado em comissão de serviço extraordinária, pelo período de um ano, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 6.º, n.º 2, e 7.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro:

Nome	Situação actual				Situação após reclassificação			
	Carreira	Categoria	Escalão	Índice	Carreira	Categoria	Escalão	Índice
Licenciado Ricardo Antunes Gomes da Costa.	Assistente administrativo	Assistente administrativo.	2	209	Técnica superior.	Técnico superior de 2.ª classe estagiário.	1	321

(Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

24 de Fevereiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 5863/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 17 de Fevereiro de 2006, no uso de competência delegada, foi autorizada, ao abrigo dos artigos 4.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Março de 2006, a reclassificação profissional do funcionário a seguir identificado:

Nome	Actual		Após reclassificação	
	Carreira/categoria	Escalão/índice	Carreira/categoria	Escalão/índice
Pedro Alexandre da Silva Santos	Auxiliar de acção médica	2/151	Fiel de armazém	4/165

17 de Fevereiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Fernanda Farinha*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

Despacho n.º 5864/2006 (2.ª série). — Pelo Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, foi criada a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), tendo neste diploma sido definidas as estruturas orgânicas nucleares do organismo.

Para além da criação de nove direcções intermédias de 1.º grau, correspondentes à departamentalização fixa do organismo, encontram-se previstos 31 lugares de direcção intermédia de 2.º grau, relativos à estrutura flexível.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 31.º e no n.º 2 do artigo 52.º, conjugado com o n.º 3 do artigo 10.º, todos do supra-

mencionado diploma legal, e no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, a criação das correspondentes unidades orgânicas, bem como as respectivas competências, são estabelecidas por despacho do presidente da ASAE.

Assim:

Mostrando-se imprescindível assegurar a permanente adequação do serviço às necessidades de funcionamento e de optimização dos recursos, tendo em conta uma programação e controlo criterioso dos custos e resultados, são desde já criadas as seguintes divisões na ASAE:

I — Na estrutura central:

1) Gabinete Técnico de Apoio:

Presta apoio técnico especializado ao presidente e vice-presidentes, garantindo o secretariado;
 Coordena os serviços de segurança;